



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012**

**ATA Nº 01/2012**

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão cumprimentando e desejando boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges, André Carvalho Almeida; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria, Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Gilberto Gouveia Branquinho; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e Norberto Carlos Cordeiro Ponte.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D' Oliveira Ramos, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Chefe de Gabinete, Dra. Odete Cabral e a Adjunta, Dra. Verónica Almeida, do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da

Câmara Municipal e a Chefe de Divisão de Administração Geral, Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, atendendo que foi enviada cópia da ata aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, do dia 29 de novembro de 2011, que foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e dois membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 30 de novembro de 2011 a 2 de fevereiro de 2012, que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Pedro Miguel da Silva Monteiro foi recebida comunicação, solicitando justificação das faltas às sessões ordinárias de 7 de setembro e 29 de novembro de 2011.

Pelos membros: Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e Norberto Carlos Cordeiro Ponte, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 2 de fevereiro de 2012.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

#### **RENÚNCIA AO MANDATO:**

Pelo Senhor João Manuel Moniz de Sousa, foi lido o seguinte ofício, endereçado por si à Mesa da Assembleia Municipal, referente à sua renúncia de mandato, cujo teor abaixo se transcreve:

“João Manuel Moniz de Sousa, portador do Bilhete de Identidade nº 376934, emitido em 12/04/2001, pelo Arquivo de Identificação de Ponta Delgada, natural da freguesia da Covoada, Concelho de Ponta Delgada, residente na Avenida Poças Falcão nº 17, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, tomou posse como Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, em 23 de outubro de 2009, tendo sido eleito em ato eleitoral realizado no dia 11 de outubro de 2009, pelo Partido Socialista (PS), vem por este meio informar que ao abrigo do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, renuncia ao mandato, a partir do dia 1 de março de 2012.

Agradeço a todos os membros da Mesa, da Assembleia Municipal e aos membros da Câmara Municipal a forma como colaboraram e desempenharam as suas funções o que contribuiu para o bom relacionamento entre os Órgãos Autárquicos, bem como aos trabalhadores da Câmara Municipal que prestaram apoio à Assembleia Municipal.”

Sobre o documento apresentado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que este é o último ato como Presidente da Assembleia Municipal e acrescentou que a razão da sua renúncia ao mandato prende-se, única e exclusivamente, com motivos pessoais, e para ter mais tempo livre para a sua família, acrescentando ainda que já vinha falando neste assunto, há cerca de um ano com o Senhor Presidente da Câmara.

Informou que, de acordo com a legislação a eleição do novo Presidente da Assembleia Municipal terá lugar na próxima sessão da Assembleia Municipal, e renovou os seus sinceros agradecimentos a todos os membros desta Assembleia Municipal, ressaltando que foi excelente trabalhar com todos durante este tempo e agradecendo toda a colaboração prestada.

Também gostaria de agradecer aos membros da Câmara Municipal, com especial destaque ao Senhor Presidente que apesar da cumplicidade partidária, mantiveram sempre uma relação de amizade, equidistante, transparente e com respeito pelos dois poderes. Foi muito bom trabalhar com o Engº João Ponte.

Não pôde deixar também de agradecer a todos os funcionários da Autarquia, especialmente aos que mais de perto trabalharam consigo, nomeadamente às senhoras Sandra Madeira, Manuela Mota, Silvina Rocha e em especial à Drª Estrela Aguiar, que sempre foi inexcedível na sua disponibilidade.

Para terminar informou ainda que estará disponível sempre que for necessário.

De seguida usou da palavra o membro Vasco Garcia que referiu que não esperava por esta tomada de posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois como todos os presentes sabem, esta experiência autárquica é nova para ele, mas tanto ele como o Grupo Parlamentar do PSD não podem deixar de, nesta altura, em que tomam conhecimento da renúncia de mandato, desejar ao Senhor João Manuel Sousa as maiores felicidades na continuação da sua vida.

Em seu nome e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, foi com prazer e com gosto que viram o seu trabalho nesta Assembleia Municipal. Pessoalmente e, isso não seria novidade para ninguém, sempre manteve um bom relacionamento com o seu amigo João Manuel Sousa, que vem já de longa data.

Quer ainda deixar registado em ata, o apreço do Grupo Parlamentar do PSD, pelo trabalho desenvolvido pelo Senhor João Manuel Sousa e desejar-lhe as maiores felicidades no futuro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do membro Vasco Garcia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR – DRª ESTRELA AGUIAR:**

O membro Paulo Jorge Borges desejou as boas noites a todos e um bom ano de 2012, a quem não tinha tido ainda oportunidade de o fazer pessoalmente.

De seguida, apresentou à Assembleia Municipal, em seu nome e dos membros: Vasco Garcia, Pedro Monteiro, Leonel Silveira; Francisco Vieira e Cláudia Galego o Voto de Louvor à Drª Estrela Aguiar que abaixo se transcreve:

“O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, desta Assembleia Municipal, propõe um Voto de Louvor à Drª Estrela Aguiar que recentemente cessou as suas funções de Chefe de Divisão, cargo que desempenhou nestes últimos onze anos de forma exemplar, com eficiência, dedicação, empenho e retidão.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes no plenário:

**1º** Aprovar o Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, à Drª Maria da Estrela Aguiar;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

### **ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção referiu que gostaria de saber qual a opinião do Senhor Presidente da Câmara em relação às declarações proferidas hoje, pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, algo contraditórias com as que ouviram ontem, em relação aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, pois julga que todos prezamos o trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Juntas de Freguesia.

O membro Roberto Oliveira gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer toda a atenção que o Senhor João Manuel Sousa dispensou enquanto Presidente da Assembleia Municipal, para com ele, enquanto membro desta Assembleia Municipal e desejar as maiores felicidades na sua vida.

### **PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR – SOCIEDADE FILARMÓNICA ESTRELA D’ALVA:**

O membro Roberto Oliveira apresentou à Assembleia Municipal o Voto de Louvor à Sociedade Filarmónica Estrela D’Alva, que abaixo se transcreve:

“Hoje dia 2 de fevereiro de 2012, faz exatamente 125 anos que o ilustre cidadão do Concelho de Lagoa, Sr. Manuel José Tavares Canário, achou por bem fundar na freguesia de Santa Cruz, uma banda filarmónica.

Por ser seu aniversário, pela sua longevidade, por ser uma das coletividades mais antigas do Concelho de Lagoa, pela atuação a favor da sua comunidade e por todo o trabalho desenvolvido em prol da cultura e das tradições populares, proponho que se vote nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa, um voto de louvor à Sociedade Filarmónica Estrela D’Alva.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes no plenário:

**1º** Aprovar o Voto de Louvor apresentado pelo membro Roberto Oliveira, à Sociedade Filarmónica Estrela D’Alva;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

#### **PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO:**

O membro Roberto Oliveira apresentou à Assembleia Municipal a proposta que abaixo se transcreve:

“Foi aprovado na Assembleia Regional dos Açores, um projeto de Resolução, com o fim de ser criado nos Açores um Mapa Autárquico que seja mais favorável aos Açores e aos Açorianos.

Por ter sido uma proposta muito feliz.

Por o Livro Verde não ir de encontro aos interesses dos Açores e dos Açorianos.

Por no Concelho da Lagoa haver Freguesias que poderão ser prejudicadas.

Pela defesa dos interesses e bem-estar dos Munícipes da Lagoa.

Proponho que seja criada nesta Assembleia Municipal uma Comissão para o efeito ou até mesmo um grupo de trabalho, que poderá ter a comparticipação conjunta com a Câmara, a fim de ser elaborado um documento a enviar à Assembleia Regional, para que sejam defendidas da melhor forma todas as Freguesias do Concelho da Lagoa, assim como todos os seus habitantes.”

Sobre a presente proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal julga que já existe uma comissão para estudar esse assunto ao nível da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

O membro Roberto Sousa acrescentou que, no seu entender, antes de ser votada a proposta, deveria ter lugar uma reunião entre os Presidentes das Juntas de Freguesia e com mais serenidade votar a proposta apresentada.

### **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:**

O membro Roberto Oliveira informou, que no dia 8 de setembro do ano passado, reuniu a Comissão Municipal de Segurança onde esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal. No seu entender também deveriam ter estado presentes os senhores, Prof. Eduíno Rego, Eng<sup>o</sup> Martins Mota e João Manuel da Ponte.

Não se recorda, com o devido respeito que tem por todos, de ter sido votada nesta Assembleia Municipal a designação desses elementos, como representantes da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que julga que este assunto foi votado nesta Assembleia Municipal, o senhor Prof. Eduíno Rego, como deputado municipal e os senhores Eng<sup>o</sup> Martins Mota e João Manuel da Ponte, como cidadãos designados pela Assembleia Municipal.

O membro Roberto Oliveira solicitou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe recordasse qual foi a ata em que esse assunto foi votado, porque quando muito, poderiam ter sido reconduzidos, mas inclusivamente também não se recorda desse acontecimento.

Acrescentou que não estão em causa as pessoas, mas sim o simples facto de não se recordar que esse assunto fosse votado.

De seguida usou da palavra o membro Paulo Jorge Borges que referiu que também não se recordava deste assunto ter sido votado neste mandato. Lembra-se perfeitamente bem de ter sido votado no mandato anterior, até porque deu origem à apresentação de um protesto, que originou a um processo eleitoral extremamente "quente", o que desencadeou inclusivamente um mau momento nesta Assembleia Municipal.

Acrescentou ainda que a intervenção do membro Roberto Oliveira é pertinente, as pessoas deviam ser reconduzidas ou novamente eleitas, até porque grande parte do atual colégio, não foi o mesmo que elegeu as pessoas no colégio anterior, pelo que, faz todo o sentido o alerta do membro Roberto Oliveira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que pode estar a fazer confusão com o mandato anterior. De qualquer modo, o assunto fica registado e irá verificar se de facto houve ou não eleição/recondução no presente mandato.

### **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes e referiu que vai responder às questões que foram colocadas.

Em primeiro lugar, informou que gostaria de deixar, o que obviamente também fará noutro local e noutra altura, algumas considerações em relação à renúncia de mandato do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com efeitos a partir de 1 de março de 2012.

Em primeiro lugar gostaria de dizer que esse ato, demonstra por parte daquele autarca o desapego que o mesmo tem ao poder, o que é no seu entender, uma lição de vida para muita gente, para além de ser ainda uma grande lição de democracia e de ética política.

Durante todo este tempo em que trabalharam em conjunto, foram criados laços de amizade, o que não quer dizer que não tivessem surgido algumas divergências, porque estas também existiram.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal vai deixar saudade pela sua forma peculiar e serena como soube gerir o desenvolvimento dos trabalhos nas sessões da Assembleia Municipal.

Será sempre muito bem vindo para assistir às próximas sessões da Assembleia Municipal, sempre que o entender fazer, até porque terá sempre uma cadeira reservada para o efeito.

Gostaria de informar também, dado que ainda muitas pessoas não sabem que, desde ontem a Dr<sup>a</sup> Estrela Aguiar deixou de ser Chefe de Divisão da área administrativa e financeira, em virtude da alteração da estrutura e organização dos serviços municipais, aprovada em reunião camarária, no passado dia 30 de janeiro.

Com os desafios que se colocam com essa renovação, entendeu que a Dr<sup>a</sup> Estrela Aguiar não possuía o perfil mais adequado para esse novo desafio. Obviamente que não esteve em causa a sua competência, pois a forma como exerceu o cargo ao longo destes anos e a sua disponibilidade foram de facto indiscutíveis. Aliás, todos nós reconhecemos isso e temos estima pela Dr<sup>a</sup> Estrela Aguiar.

A Dr<sup>a</sup> Estrela Aguiar aceitou a decisão com toda a naturalidade e disponibilidade para continuar a colaborar. Propus inclusivamente que continuasse a secretariar, quer as reuniões da Câmara Municipal, quer as sessões da Assembleia Municipal, mas a mesma achou por bem, pelo menos durante algum tempo, deixar de o fazer. Face a isso, está presente hoje para secretariar essa sessão da Assembleia Municipal a funcionária Silvina Rocha.

Acrescentou ainda que foi uma alteração efetuada pelas razões atrás referidas, bem como uma aposta numa nova geração de dirigentes. As tomadas de posição dos executivos nem sempre são fáceis, mas há que tomar decisões. Na reestruturação foi reduzido o número de chefias e a Câmara Municipal da Lagoa foi além do que era exigido pela Troika.

**Entrada do membro Albertina Maria Costa Oliveira, passando a estar vinte e três membros presentes.**

O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que gostaria de deixar essa nota, até porque estão presentes os senhores vereadores da Câmara Municipal. A ideia era comunicar o facto na próxima reunião camarária. Não achou correto fazê-lo na última reunião camarária, porque era uma reunião pública e havia público presente, caso contrário tê-lo-ia feito. Também não achou correto comunicar uma decisão que só iria tomar dali a dois dias. Não foi por desrespeito aos senhores vereadores, mas pelas razões atrás expostas. De qualquer forma iria comunicar a decisão nesta sessão da Assembleia, caso a questão lhe fosse colocada. Não podendo votar o voto de louvor apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, subscreve o mesmo.

Em relação às declarações proferidas pelo Presidente do Governo Regional, informou que ontem participou no programa da RTP Açores, "Prova das Nove" e foi confrontado com estas declarações e com esta questão.

Na altura, o que respondeu basicamente foi que as declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores não faziam qualquer sentido. É uma falsa questão. Aliás, as remunerações dos Presidentes de Juntas de Freguesia e o que o Estado gasta com essas remunerações é até um bom argumento para não se mexer nas freguesias. Se formos pela questão financeira não faz qualquer sentido mexer nas Juntas de Freguesia.

Mais informou que, as remunerações dos Presidentes de Juntas de Freguesia não são mais do que meras compensações pelos gastos que os mesmos têm, nomeadamente, custos com viaturas, telecomunicações, entre outros. Também porque deixam muitas vezes a sua vida particular para trabalhar em prol da freguesia.

Em relação à proposta apresentada pelo deputado municipal Roberto Oliveira, percebe a questão levantada, acha que independentemente de ser ou não criado o grupo de trabalho, o seu receio é que se comecem a criar muitos grupos de trabalho e depois se perca algum tempo. Neste momento a AMRAA em conjunto com a ANAFRE está a produzir um documento conjunto sobre a reforma das freguesias. Foi lançado há dias um inquérito a todos os Presidentes de Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais em relação a um conjunto de pontos, nomeadamente, o que achavam da reforma, a haver essa redução como deveria ser efetuada, se em zonas urbanas ou no meio rural e também em relação às competências, que é uma questão extremamente importante. Existem determinadas competências que hoje não fazem sentido estar delegadas nas Câmaras Municipais, mas sim nas Juntas de Freguesia.

Entretanto foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional, que a Comissão de Política Geral também irá produzir um documento que, no fundo possa dar um contributo para o que for, eventualmente decidido para a Região Autónoma dos Açores.



Hoje foi formalmente entregue na Assembleia da República, o Projeto-Lei. Ainda não teve acesso ao mesmo para tentar perceber o que está em causa. No seu entender não vê neste momento grande vantagem na criação dessa comissão, mas se a Assembleia Municipal entender por bem que seja criada, não se vai opor.

Também não considera que seja necessário a criação da referida comissão para que se possa começar a trabalhar e para a necessidade de envolver também a Assembleia Municipal.

Estão todos a aguardar para ver o que está previsto no referido Projeto-Lei a nível nacional e depois pensar até que ponto poderão intervir. Ouviu hoje umas declarações do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares que dizia que freguesias até 150 habitantes tinham que desaparecer.

Reforça muito aquilo que se suspeitava que era, no meio rural vão desaparecer menos freguesias do que na zona urbana. Estamos a falar numa percentagem de 20% a 30% nas zonas rurais para agregar e 50% nas zonas urbanas.

Há que perceber até que ponto a nossa autonomia nos vai permitir chegar, não crê que a Região Autónoma dos Açores tenha competência para criar uma legislação específica. A questão é a Lei-quadro Nacional que, na redação da Lei, poderá prever algumas exceções que se possa remeter para as Assembleias Regionais.

Obviamente não podemos esconder que o PSD e o PP a nível regional terão algum peso na influência da redação final do Projeto – Lei. Isto para dizer que, nos Açores a competência para criação/extinção é regional, contudo há quem entenda que a Lei-quadro, que define as condições e as regras, possa não ser competência da Região Autónoma dos Açores. Mas na lei geral poderá constar que nos Açores e na Madeira ficam os Governos Regionais autorizados a decidir. É essa questão que neste momento é mais importante acautelar.

Sobre o Conselho Local de Segurança, o Senhor Presidente esclareceu que julga que a legislação não obriga que em todos os mandatos os seus membros sejam eleitos. De qualquer forma, irá confirmar, mas obviamente que a Assembleia Municipal é soberana e se entender fazer a substituição, poderá fazê-lo.

Na altura sempre achou que o Senhor Eng<sup>o</sup> Martins Mota não iria comparecer em nenhuma das reuniões. Foi uma partida que o PSD lhe pregou. O tempo veio dar-lhe razão, pois o Senhor Eng<sup>o</sup> Martins Mota nunca compareceu às reuniões.

O membro Roberto Oliveira referiu que, quanto à proposta do Conselho Local de Segurança, está disponível para votar na recondução dos elementos que constituem a referida comissão. Acha que devia passar por este órgão esta recondução.

No que se refere à proposta do mapa autárquico julga que, no Concelho da Lagoa, em sua opinião, a grande vítima do livro verde foi o lugar da Atalhada. Neste mandato, havia todas

as condições para que o lugar da Atalhada fosse elevado a freguesia. Claro que no contexto atual essa elevação a freguesia é impensável.

Quanto a tudo ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, concorda plenamente com as suas afirmações, mas também acha que a Assembleia Municipal tem que fazer tudo o que estiver ao seu alcance para defender o Concelho da Lagoa. Em sua opinião, já houve uma vítima e poderá eventualmente haver mais uma, que será a freguesia da Ribeira Chã.

Esta comissão que propõe que seja criada poderá nem elaborar qualquer documento, seria apenas no sentido de ficar atenta, para qualquer emergência. Não quer dizer que fique de tal ordem ativa que vá atrapalhar as outras comissões, não é essa a sua ideia. Há que marcar uma posição num assunto que é de grande importância. Pretende não deixar passar o momento sem fazer tudo o que estiver ao alcance desta Assembleia Municipal, porque será sem dúvida, uma fase histórica nos Açores e no Concelho de Lagoa e nós estamos presentes como eleitos locais. É essa a sua defesa à proposta apresentada.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Eduíno Rego que referiu que entende perfeitamente tudo o que foi dito pelo membro Roberto Oliveira, como também percebe aquilo que está por detrás da Lei Quadro. Julga ser prematuro eleger uma comissão quando não se sabe ao certo o que estará legislado.

Não só no plano nacional fala-se em reduzir, mas não se sabe ao certo o que será reduzido e quais os critérios subjacentes. A nível regional julga que ainda é prematuro tomar alguma medida, independentemente do poder dessa comissão em relação ao assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que essa comissão não terá poder nenhum, poderá apenas apresentar sugestões. Como há pouco referiu, já existem entidades a trabalhar neste assunto, nomeadamente a AMRAA, a ANAFRE e também o Governo Regional dos Açores, entendendo que já são muitas as entidades envolvidas.

O membro António Augusto Borges informou que as Juntas de Freguesia receberam um inquérito da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Já havia falado com o Senhor Presidente da Câmara, para que os Presidentes de Junta, das cinco freguesias, se reunissem para estudar o inquérito, ter um primeiro contacto e dialogar de modo a estarem mais ou menos todos em sintonia, em relação ao referido inquérito, que tem de ser preenchido e devolvido dentro de 8 dias.

Pode adiantar que os cinco Presidentes de Juntas de Freguesia são unânimes em relação a essa matéria. De qualquer forma, a Lei-quadro vai definir onde é que se pode chegar ou evoluir em mais alguma coisa. A Assembleia Regional tem os seus poderes, mas terá de cumprir com o que for legislado. Nesta fase, acima de tudo, há que estar atentos.

O Senhor Presidente da Câmara entende que, pode-se não aprovando hoje nada, reconhecer esta proposta como se fosse aprovada, ou seja, no fundo seria ficar de pensar na mesma e na próxima reunião camarária apresentar uma proposta para a criação dessa

comissão ou grupo de trabalho. Posteriormente, entraríamos em contacto com o Deputado Municipal Roberto Oliveira, para criar um grupo de trabalho, onde houvesse equilíbrio de forças. No fundo seria não invalidar a preocupação do membro Roberto Oliveira, que da nossa parte não atrapalha e até poderá vir a acrescentar algo de positivo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, acrescentou que até já tinha pensado na constituição da referida comissão, que poderia ser composta pelos cinco Presidentes de Junta, que são bem representativos do concelho, um elemento de cada grupo parlamentar e um elemento da Câmara Municipal. No entanto, também julga que é melhor pensar com calma, de modo a haver diálogo e consenso entre todos.

O membro Roberto Oliveira informou que aceita perfeitamente as sugestões apresentadas.

O membro Paulo Jorge Borges, sobre o Conselho Municipal de Segurança, gostaria de deixar registadas duas considerações: em primeiro lugar que o PSD não brinca com coisas sérias, quem disse que o Senhor Engº Martins Mota tinha sido uma brincadeira do nosso grupo parlamentar, foi o Senhor Presidente da Câmara, o PSD não faz brincadeiras destas, nem pelo carnaval.

A outra questão é que não sabe se a lei prevê ou não que haja substituição dos membros quando há eleições ou um novo colégio. Apesar de não saber se está legislado, em sua opinião seria uma boa prática essa renovação, mesmo que fosse uma recondução.

O Senhor Presidente da Câmara referiu, que o sorriso da bancada do Grupo Parlamentar do PSD confirmou que não se enganou quando disse que tinha sido uma partida.

Em relação à segunda questão colocada pelo membro Paulo Jorge Borges, subscreve tudo o que foi dito. No entanto julga que existe alguma vantagem em que haja alguma continuidade no desempenho dos mesmos membros, para tornar o trabalho mais produtivo.

O membro Paulo Jorge Borges esclareceu que isso não invalida o que acabou de dizer, podendo muito bem ser reconduzida.

Propôs ainda ao colégio aprovar o Regimento da Assembleia Municipal em cada legislatura, uma vez que no anterior mandato esta proposta não foi aceite pela mesa. Na atual legislatura a bancada Parlamentar do PSD achou por bem não o fazer, dado que já havia sido recusada na anterior. Em sua opinião, são práticas que demonstram como o Senhor Engº João Ponte defende mais transparência e participação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Camarária, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS:**

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro e a Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a contração deste empréstimo se destina a ocorrer a dificuldades de tesouraria, sendo apenas uma operação de gestão de tesouraria.

O membro Roberto Oliveira referiu que quando recebeu a convocatória para esta sessão, chamou-lhe à atenção o primeiro ponto que é precisamente a contração de um empréstimo. Não há noticiário que não fale nas dívidas da função pública e nas das Autarquias Locais e o primeiro ponto que a Câmara Municipal lhe pede para votar em 2012 é precisamente um empréstimo.

Vai-se abster na votação, mas vai deixar uma declaração de voto, porque a sua vontade era votar contra.

Constatou que o valor do empréstimo para o corrente ano é exatamente os mesmos 400.000,00€ que foram autorizados no ano passado. Em sua opinião, acha que não houve nenhum esforço de moralização, em baixar pelo menos 10% ou 20%. Era uma moralidade no sistema e é por essa razão que se vai abster. Comentou ainda que até percebe a filosofia do empréstimo, o seu voto não vai contra a filosofia do empréstimo, vai exatamente contra o montante, por este não apresentar qualquer esforço de moralização nos tempos atuais, ou seja pelo menos 10%.

O membro Paulo Jorge Borges acrescentou que o que tinha para dizer já foi dito pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira. Realmente seria bom que a Câmara Municipal desse esse sinal. Deixa registada a intenção, que deve ser tomada em conta uma tentativa de moralização nas contas para que no futuro seja melhor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra do membro Roberto Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

**Saíram da sala os membros Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro, passando a estar vinte e um membros presentes.**

**PONTO Nº 3 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, para criação das seguintes rubricas, de despesa de capital que não foram contempladas no Orçamento de 2012:

0103 – 090702 - Sociedades e quase Sociedades não Financeiras – Públicas, no valor de 3.000,00 € para o Município de Lagoa, como associado fundador, subscrever a participação inicial, na Associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação, denominada NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, atendendo que a escritura não se realizou no ano de 2011, conforme estava prevista, por motivos externos à Câmara Municipal de Lagoa;

0102 – 07011002 – Outros – Aquisição de Equipamento de ar condicionado, no valor de 1,00 €, abertura de rubrica, para se proceder à aquisição de um novo equipamento, devido à avaria imprevista.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 3.001,00 (três mil e um euros) na despesa de capital, de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

**2º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de agosto;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

**PONTO Nº 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 3º TRIMESTRE 2011 DA EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:**

Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referentes às demonstrações financeiras do 3º trimestre do ano de 2011, da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 5 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos, no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Tendo em conta o disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento para atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa - Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso e considerando que 2012 será um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos, os quais se evidenciarão junto da população mais carenciada e sobretudo a mais idosa;

Proponho que, ao nível do apoio na aquisição de medicamentos, se mantenha a comparticipação a título excecional ocorrida em 2011.”

O membro Vasco Garcia referiu que, se bem se recorda, no ano passado o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta neste sentido, propondo o aumento para 15,00€. Continuam a achar que o valor poderia ser aumentado para os 15,00€, mas para terem uma ideia do valor exato que isso poderá envolver, gostaria de saber qual o número de idosos que beneficia dessa comparticipação e qual o valor aproximadamente, mensal ou anual, que está em causa.

O membro Roberto Oliveira acrescentou que a sua pergunta era exatamente a mesma que foi formulada pelo membro Vasco Garcia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, neste momento, estão envolvidos entre 250 a 260 idosos, o que representaria um custo de 7.000,00€ por ano.

O membro Vasco Garcia informou que a Câmara Municipal poderia utilizar os 4.500,00€ que recuperaram do subsídio dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, para pagar aos idosos a quantia mensal de 15,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os seus subsídios de férias e natal eram suficientes para o efeito.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra do membro Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa -Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

#### **PONTO Nº 6 - PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa -Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, no âmbito das suas competências próprias - previstas no Código da Estrada -, é intenção desta Câmara Municipal passar a prever uma taxa para a colocação de sinalização na via pública que esteja ao serviço de propriedades privadas e não beneficie a população em geral, mas sim um munícipe em particular;

Considerando que esta colocação de sinalização fica, condicionada à informação dos serviços de fiscalização, nomeadamente no concernente à sua localização e à viabilidade de instalação e despacho do Vereador com competência em matéria de trânsito.

Considerando que o valor das taxas corresponde ao valor real de aquisição dos equipamentos e da afetação da respetiva mão de obra, cumprindo, assim, o critério da fundamentação económico-financeira das taxas municipais, previsto na alínea c), do n.º2, do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua atual redação.

Assim, proponho alterar o número 10 do artigo 26.º do Regulamento e Taxas e Licenças do Município de Lagoa passando a ter a seguinte redação:

##### **Artigo 26.º**

**Taxas não especificadas noutros artigos**

1. ---
2. ---
3. ---
4. ---
5. ---
6. ---
7. ---
8. ---
9. ---

10.1. A Câmara Municipal procede, de forma gratuita, à montagem de qualquer sinalização na via pública prevista no Código da Estrada sempre que sirva para preservar e salvaguardar a segurança rodoviária.

10.2. A sinalização na via pública que esteja ao serviço de propriedades privadas e não beneficie a população em geral mas sim um munícipe em particular, fica condicionada à informação dos serviços de fiscalização, nomeadamente no concernente à sua localização e à viabilidade de instalação.

10.3. Nos casos referidos no ponto anterior, a colocação da pretendida sinalização está sujeita ao prévio pagamento dos seguintes valores:

<b>Colocação de Sinais / Adicionais</b>	<b>Taxa (Valor)*</b>
Sinal de Parque (H1a)	28,39 €
Adicional Modelos 10, 11 e 12	22,00 €
Tubo 2 " de 3mm espessura de 3,5 m	19,19 €
Topo em PVC 2"	1,50 €
2 Abraçadeiras, 4 parafusos com 4 porcas de sinalização	5,00 €
Mão de Obra	5,30 €
Viatura – Custo por hora	5,00 €
<b>Marcas Rodoviárias</b>	
2 Litros de tinta de marcação branca	18,26 €
3 Litros de tinta de marcação amarela	11,40 €
Materiais Diversos	8,40 €
Mão de Obra	5,30 €
Viatura – Custo por hora	5,00 €
<b>Colocação de Espelhos</b>	
Espelho de 600mm	35,40 €
Espelho de 400mm	33,80 €
Topo em PVC 2"	1,50 €
Tubo 2" de 3mm espessura de 3,5m	19,19 €
Mão de Obra	5,30 €
Viatura – Custo por hora	5,00 €

\* Variável de acordo com o valor de mercado, atualizando sempre que exista nova aquisição de equipamentos.

Aos valores indicados acresce o IVA em vigor."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o objetivo dessas taxas é evitar que haja muita solicitação de faixas amarelas e sinalização. No fundo, tem um efeito dissuasor da solicitação desse tipo de equipamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa -Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

#### **OUTROS:**

Conforme distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta – Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado;
- Proposta – Desafetação de parcela de terreno do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa – Paúl – Água de Pau;
- Proposta – Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

#### **PONTO Nº 7 – PROPOSTA – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafetação de uma parcela de terreno, do domínio público para o domínio privado do Município de Lagoa, sita ao Beco da Guia, freguesia do Rosário, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a parcela de terreno que compõe o Beco da Guia, sita na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, com aproximadamente a área de 400m<sup>2</sup>, é uma porção de terreno que, apresentando a configuração de beco em resultado da construção da SCUT – variante Ponta Delgada - Lagoa -, está inativa – quer do ponto de vista da circulação pedonal quer automóvel -, e, portanto, não tem qualquer utilidade pública presente ou futura.

Considerando que a gestão daquela parcela de terreno constituiu um encargo financeiro desnecessário mas relevante para a Autarquia, nomeadamente na parte referente à iluminação pública e manutenção da via.

Considerando que aquela parcela de terreno é utilizada, em especial no período noturno, para a realização de más práticas e maus usos por diversos transeuntes.

Considerando que, atendendo ao mau ambiente sentido naquela zona, foi manifestada, por diversas vezes, a intenção da sua aquisição por parte dos proprietários dos prédios confinantes.

Assim, proponho, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, alínea a) do n.º6, ambos do artigo 64.º e alínea b) do n.º4 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o que se delibera:

1) Submeter a aprovação da Assembleia Municipal autorização de desafetação da referida parcela de terreno do domínio público para o privado de modo a permitir a sua posterior alienação, mediante prévia consulta aos dois proprietários dos prédios confinantes, no valor resultante da avaliação efetuada pelo Gabinete Técnico desta Autarquia e que ronda os 7.500,00€;

2) Proceder à afixação de edital nos locais do costume, pelo prazo de 20 dias.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a referida parcela de terreno encontra-se situada num beco e, como tal, tem servido de depósito de lixo. A ideia é ver se a Câmara Municipal consegue alienar a referida parcela de terreno aos dois interessados, que possuem uma propriedade confinante com o referido beco.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do membro Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, da referida parcela de terreno, com a área aproximadamente de 400m<sup>2</sup>, sita ao Beco da Guia, freguesia do Rosário, deste Concelho, com as seguintes confrontações: Norte e Sul – caminho; Nascente – Jaime Furtado dos Anjos e Poente - Luís Jorge de Oliveira, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

#### **PONTO Nº 8 – PROPOSTA – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA – PAUL – ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafetação de uma parcela de terreno, do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa, sita ao Paúl, freguesia de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

“- Considerando que existe uma área a qual foi integrada para o domínio público no âmbito de operação de loteamento, cujo terreno foi cedido pela Autarquia ao promotor/vencedor para a construção de 32 apartamentos a custos controlados e 15 habitações para realojamento;

- Considerando que esta área está sem utilização, e que a sua ocupação como zona verde e espaço de lazer não é a mais adequada, por via da sua localização;

Assim sendo, e com o objetivo de aumentar a oferta de lotes para auto construção, propõe-se:

- Que, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, e alínea a) do n.º6, ambos do artigo 64.º e alínea b) do n.º4 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, se delibera:

1) Submeter a aprovação da Assembleia Municipal autorização de desafetação, do domínio público para o privado, da parcela de terreno com a área de 1.115,25 m<sup>2</sup>, sita ao Paúl, freguesia de Água de Pau, que confronta a Norte – Arruamento B; Sul – Zonas Verdes e outros; Nascente – Zona Urbanizada e a Poente – Arruamento A, com o valor registral de 39.033,75 euros.

2) Proceder à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 20 dias.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a referida parcela de terreno é uma zona verde que fica localizada por detrás dos apartamentos do bairro social, a nascente do Cemitério. A ideia será, posteriormente, permitir uma operação de loteamento com a criação de 6 lotes, para ceder a jovens que queiram construir as suas casas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do membro Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa, com a área de 1.115,25m<sup>2</sup>, sita ao Paúl, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, com as seguintes confrontações: Norte – Arruamento B; Sul – Zonas Verdes e outros; Nascente – Zona Urbanizada e a Poente – Arruamento A, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

**PONTO Nº 9 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, consubstanciam-se na redução para duas Unidades Orgânicas, conferindo-lhes todos os serviços prestados pela Câmara Municipal de Lagoa que até à presente data eram repartidos por quatro Unidades Orgânicas e que serão dirigidas por Chefes de Divisão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desejou boa noite a todos e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---